



**PROJETO DE LEI Nº 2.112/2018**

**Súmula:** *“Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, conforme especifica.”*

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 47 da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 47.** *Os Conselhos Tutelares são vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.” (NR)*

**Art. 2º.** Fica alterado o *caput* do art. 91 da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 91.** *Os Conselhos Tutelares funcionarão, em dias úteis, das 08h00-min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min” (NR)*

**Art. 3º.** Fica alterado o §1º do art. 91 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

**“§1º** *A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais, excetuados os sobreavisos aos sábados, domingos, feriados e noites, sendo vedado qualquer tratamento desigual.” (NR)*

**Art. 4º.** Ficam acrescidos os parágrafos 5º, 6º e 7º ao art. 91 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

**“§5º** *Durante os plantões noturno e de final de semana, feriado/ponto facultativo, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).*

**§6º** *O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal quanto durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem adotados.*

**§7º** *Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.” (AC)*



**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.112/2018 – pág. 2/2

**Art. 5º.** Fica alterado o inciso III do art. 117 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

*“III - Licença maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias;”  
(NR)*

**Art. 6º.** Fica alterado o inciso V do art. 117 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

*“V - Licença por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos e;” (NR)*

**Art. 7º.** Fica alterado o inciso VI do art. 117 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

*“VI - Licença por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de casamento;”  
(NR)*

**Art. 8º.** Fica acrescido o inciso VIII ao art. 117 a Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

*“VIII – Auxílio-alimentação e/ou refeição, mediante cartão magnético, na forma e valor do benefício concedido pela Lei Municipal nº 2009/2009, e alterações, aos servidores ativos da Administração Pública Municipal.”  
(AC)*

**Art. 9º.** As despesas resultantes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 19 de fevereiro de 2018

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
**Prefeito de Araucária**



Ofício Gabinete nº 039/2018

Araucária, 19 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor

**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

**Assunto:** Projeto de Lei nº 2.112/2018 – “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, conforme especifica”.

Senhor Presidente:

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação, o **Projeto de Lei nº 2.112/2018**, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, conforme especifica.

A alteração legislativa em apreço refere-se aos Conselhos Tutelares, cujas modificações são atinentes à: a) vinculação orçamentária dos Conselhos Tutelares à Secretaria Municipal de Assistência; b) horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares, em consonância com o horário de atendimento da Prefeitura de Araucária; e c) extensão de benefícios atribuídos aos Conselheiros Tutelares.

Com relação à vinculação administrativa e orçamentária, cumpre ressaltar que o Conselho Tutelar é órgão autônomo e, sendo assim, não há subordinação funcional do Conselho Tutelar a qualquer órgão. Entretanto, há necessidade de vinculação a uma das secretarias da estrutura geral. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências, acerca da vinculação administrativa dos Conselhos, prevê que “o *Conselho Tutelar deverá, de preferência, ser vinculado administrativamente ao órgão da administração municipal ou, na inexistência deste, ao Gabinete do Prefeito ou ao Governador, caso seja do Distrito Federal.*”

O dispositivo supra, como se vê, trata-se de mera recomendação, não tendo caráter obrigatório. Logo, compete ao ente averiguar em qual órgão da administração direta as atividades atinentes ao Conselho, do aspecto administrativo-burocrático, e, até mesmo orçamentário-financeiro, melhor se adequam. Desta forma, em vista do auxílio da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS no desempenho das atividades de



competência dos Conselhos Tutelares, evidenciou-se a necessidade da referida alteração, inclusive pelo fato de que, até dezembro de 2017, era essa a previsão legal.

Quanto a isso, insta salientar que a SMAS atestou a possibilidade de arcar com as despesas relativas ao Conselho Tutelar, não sendo necessária a realização de nenhuma alteração em sua estrutura orçamentária, conforme funcional programática (órgão 14, unidade 01.08.122.00082030, ações PPA: 148, 150 e 154). Ademais, o ordenador da despesa atesta a compatibilidade da despesa com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias 2018 e previsão orçamentária para o exercício 2018, conforme documentos em anexo.

No que concerne ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar, ressalta-se, inicialmente, que corresponde ao horário em que o órgão ficará aberto à população, sem prejuízo do dever de disponibilidade no período da noite, finais de semana e feriados, em regime de plantão ou sobreaviso.

Haja vista que o horário de funcionamento da Prefeitura de Araucária é das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, constatou-se a pertinência de adequação do horário.

Referente aos benefícios, o Conselheiro Tutelar, apesar de remunerado pelo poder público municipal, não se caracteriza como servidor público. Todavia, tal fato não é impeditivo para a concessão de benefícios a que faz jus tal categoria, desde que haja previsão legal e orçamentária para tanto.

Desse modo, muito embora se apliquem aos Conselheiros os direitos elencados na Constituição da República (arts. 7º<sup>1</sup> e 39, §3º<sup>2</sup>), isso não impede que o

---

1 Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

[...]

2 Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos



## **Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

Ofício Gabinete nº 039/2018 – 3/3

legislador infraconstitucional estabeleça, mediante lei, além da respectiva remuneração, benefícios de outra natureza como o auxílio-refeição/alimentação.

Assim, avaliada a conveniência e oportunidade da referida concessão, e diante da existência de previsão orçamentária suficiente para a cobertura de tal despesa, proponho a extensão do benefício concedido aos servidores ativos da administração direta também aos Conselheiros, além da previsão do período de licença maternidade e dilação das licenças atinentes à falecimentos em seus diferentes graus de parentesco e afinidade, assim como em razão de casamento.

No que se refere à extensão do benefício do auxílio-alimentação e/ou refeição para os dez conselheiros, destaco que o ordenador da despesa da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas - SMGP apresentou declaração em que certifica a existência de compatibilidade da despesa com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias 2018 e previsão orçamentária para o exercício 2018. Além do mais, a Secretaria Municipal de Finanças, por sua vez, em vista das declarações dos ordenadores das despesas (SMAS e SMGP), emitiu relatório de impacto orçamentário e financeiro, e afirmou que a ação não afetará as metas estabelecidas e que está em consonância com a previsão orçamentária e financeiro para o exercício de 2018, de acordo com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei Responsabilidade Fiscal), consoante documentos em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, solicito a votação do Projeto de Lei em epígrafe, nos termos da Lei Orgânica do Município de Araucária, e renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, minha estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
**Prefeito de Araucária**

Processo nº 11475/2017

Poderes.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

41 3614-1693

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702 080 - Centro - Araucária / PR